



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**BUSCANDO ALTERNATIVAS PARA DIMINUIR A
EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA ESCOLA RURAL NO MUNICÍPIO DE
PACAJUS/CE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ana Paula Camurça

Fortaleza, CE, Brasil

2010

**BUSCANDO ALTERNATIVAS PARA DIMINUIR A EVASÃO
ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA RURAL
NO MUNICÍPIO DE PACAJUS/CE**

por

Ana Paula Camurça

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a Lorena Inês Peterini Marquezan

Fortaleza, CE, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Pós-Graduação

**BUSCANDO ALTERNATIVAS PARA DIMINUIR A EVASÃO
ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA RURAL
NO MUNICÍPIO DE PACAJUS/CE**

elaborada por
Ana Paula Camurça

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Hugo Fontana, Dr. (UFSM)

Celso Henz, Dr. (UFSM)

Maria Eliane Alves Lobo, Ms. (Suplente)

Fortaleza -Ce, 18 de Dezembro de 2010.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos e amigos que sempre me estimularam e torceram pelo meu aprendizado e sucesso. É por eles que acordo todos os dias e faço com que tudo valha a pena.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e amigos pelo incentivo, confiança, companheirismo para que eu concluísse mais essa etapa da minha vida. Em especial à professora Lorena Inês P. Marquezan pela paciência, estímulo, apoio, orientação e acompanhamento para a realização deste trabalho.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

BUSCANDO ALTERNATIVAS PARA DIMINUIR A EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA RURAL NO MUNICÍPIO DE PACAJUS/CE

AUTORA: Ana Paula Camurça
ORIENTADOR: Lorena Inês Peterini Marquezan
Data e Local da Defesa: Fortaleza, 18 de dezembro de 2010.

O presente trabalho monográfico tem como objetivo principal analisar a evasão escolar no âmbito da escola X na zona rural no Município de Pacajus/CE, considerando a atuação da referida unidade escolar quanto ao fato que presenciamos e se constitui na exclusão social chamada evasão escolar. Ao apresentar este trabalho podemos levantar hipóteses sobre alguns determinantes dessa problemática, bem como identificar possíveis soluções para amenizá-la. Consideramos ainda alguns planos oficiais que contribuem para diminuir a evasão e acreditamos que tais ações, conjugadas com os esforços empreendidos pela comunidade escolar dentro de uma gestão democrática tem sido bem sucedidos nesta unidade de ensino. A evasão escolar é um assunto importante e faz parte da agenda educacional das autoridades responsáveis pela condução das políticas públicas, ocupa lugar central nas investigações dos estudiosos preocupando a dirigentes e docentes no âmbito escolar, e é a privação de um direito constitucional para alunos e seus familiares. Enfim, trata-se de um problema que aflige a todos e é objeto de reflexão em âmbito nacional e mundial. A reflexão sobre esse tema terá como lócus empírico a realidade vivenciada pela Escola, localizada em Curimatã, zona rural da cidade de Pacajus - CE, o histórico da escola, os depoimentos dos professores, dos funcionários e a avaliação educacional são considerados neste estudo. As explicações a partir de fatores internos à escola com base nos estudos de BRANDÃO et al, (1983), de ARROYO(1991)-LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei, N° 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, estão documentadas na pesquisa qualitativa realizada com base na referida escola. Esta monografia servirá de apoio aos educadores, como uma tentativa de minimizar o complexo problema da evasão escolar no sistema de ensino público brasileiro.

Palavras-chave: Evasão, Reflexão, Gestão Democrática

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

SEEKING ALTERNATIVES TO REDUCE SCHOOL EVASION IN A DEMOCRATIC MANAGEMENT OF THE SCHOOL X

AUTHOR: ANA PAULA CAMURÇA

ADVISER: LORENA INÊS PETERINI MARQUEZAN

Data e Local da Defesa: Fortaleza 18 de dezembro de 2010

This monograph's main objective is trying to reduce truancy in the school X in the rural area in the city of Pacajus / CE, considering the performance of that school unit on the fact that we have witnessed and social exclusion is called truancy. We also consider some official plans that contribute to reduce the drop and we believe these actions, combined with the efforts made by the school community within a democratic management has been successful in this teaching unit. A dropout is an important issue and is part of the educational agenda of the authorities responsible for the conduct of public policy, plays a central role in the investigations of scholars worrying the leaders and teachers in schools, and is the deprivation of a constitutional right for students and their family. Anyway, this is a problem that afflicts all and is the object of discussion nationwide and worldwide. In presenting this work can raise some hypotheses about determinants of this problem and identify possible solutions to ameliorate it. Reflection on this theme will be the locus empirical reality experienced by the school, located in Curimatã, rural town of Pacajus - EC, the historic school, the testimony of teachers, staff and educational evaluation are considered in this study. Explanations based on factors internal to the school based on studies of BRANDÃO et al, (1983), ARROYO (1991)-LDB - Law of Directives and Basis of Education - Law No. 9394/96 of 20 December 1996, are documented in qualitative research based at the school. This monograph will support the teachers, as an attempt to minimize the complex problem of truancy in the public education system in Brazil.

Keywords: Evasion, Reflection, Democratic Management

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. A EVASÃO ESCOLAR E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	9
2.1 Gestão democrática da educação: A construção do Projeto político pedagógico, atuais tendências, novos desafios	12
2.2 Histórico da escola X	18.

3. TENTATIVAS DE INTERVENÇÕES NO COMBATE À EVASÃO..... 27

3.1 Ações governamentais que ajudam a combater a evasão.....	29
3.1.1 Fome zero	30
3.1.2 Bolsa família	31

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....34

5 REFERÊNCIAS

6 ANEXOS

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir do meu interesse e inquietações a cerca da evasão escolar de uma escola na zona rural da cidade de Pacajus-ce. Trata-se de uma pesquisa sobre o assunto, baseada na investigação, análise e levantamento de dados, tendo como objeto principal de estudo a tentativa de diminuir a evasão escolar, e ações planejadas democraticamente no âmbito da gestão escolar.

Na primeira parte do trabalho, procuramos definir o que é a evasão escolar propriamente dita e a legislação brasileira, uma vez que este processo é excludente e que já teve em tempos passados muita freqüência na escola. Em seguida explicamos sobre alguns fatores internos e externos à escola que contribuem para a ocorrência da evasão escolar.

Logo após analisamos a situação da escola em estudo e as diversas panoramas sobre o processo da evasão, contemplando a visão de toda a comunidade escolar.

Em seguida, verificamos a importância das políticas governamentais para combater a evasão e a grande importância da gestão escolar democrática neste processo. A importância do Projeto Político Pedagógico da escola, o planejamento dos professores e a avaliação do processo também são analisados.

A evasão escolar assume um sentido desafiador e de compartilhamento do sistema, que ressalta que aprender é se apropriar e construir o próprio conhecimento, e que a avaliação funciona como feedback do trabalho de aprendizagem desenvolvido pelo professor, sendo que muitas vezes nesse percurso de aprendizagem, o aluno não consegue satisfazer as expectativas da escola e por este motivo passa a ser excluído através da evasão ou repetência.

A avaliação externa tenta explicar que algumas instituições e alguns professores não usam a avaliação corretamente, pois às vezes, não respeitam

o ambiente na qual o aluno está inserido e também os instrumentos de avaliação são usados apenas como medidores, e com isso afastam-se das características humanas, resultando conseqüentemente no afastamento de muitos alunos da escola.

Em decorrência do quadro elevado da evasão escolar da escola rural, procurou-se identificar as causas e as conseqüências deste problema, bem como ampliar os conhecimentos com base em estudos e reflexões e na perspectiva que se encontre alternativas que ajudem a amenizá-lo.

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente fazem parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que ainda ocupam nos dias atuais, espaço de relevância no cenário da política e da educação em particular.

As discussões acerca da evasão escolar têm tomado como ponto central do debate o papel tanto da família como da escola em relação à vida escolar da criança, adolescente, adulto (PROEJA).

A pesquisa nos fornece contribuições aprimoradas e reflexões críticas na busca pelo conhecimento. Como mostram Barros e Lehfeld (1999, p. 14):

A pesquisa científica é o produto de uma investigação, cujo objetivo é resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos. A investigação é a composição do ato de estudar, observar e experimentar os fenômenos, colocando de lado a sua compreensão a partir de apreensões superficiais, subjetivas e imediatas.

É importante explicitar que a pesquisa deve ser analisada, através da investigação, leitura e compreensão da coleta de dados para que o conhecimento científico seja adquirido.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola rural na comunidade de Curimatã em Pacajus-Ceará, com professores, alunos, pais, responsáveis e funcionários da escola e tem como finalidade a tentativa de diminuir os índices

de evasão e detectar fatores determinantes da evasão escolar e procurar alternativas pedagógicas mais eficientes para o sucesso do educando.

A pesquisa de campo utilizou-se da coleta de dados qualitativos, da técnica da entrevista semi-estruturada, observações em sala de aula e do cotidiano escolar, buscando assim, conhecer as causas do insucesso escolar.

A sistemática dos dados quantitativos foi organizada através de tabelas e gráficos com a análise crítica dos conteúdos. Em relação aos dados qualitativos, ou seja, as entrevistas foram analisadas criticamente com base nos estudos citados.

A partir desta pesquisa chegou-se a conclusão de forma inacabada e aberta, pois este trabalho pode contribuir muito para todos que de alguma forma participam do processo educativo, continuamente.

2 A EVASÃO ESCOLAR E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. A lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDB 4º 9394/96 é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996, p. 06).

Também nos reportamos à Carta Magna de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, referente a questão da garantia dos direitos humanos fundamentais (individuais e sociais) referente à criança e ao adolescente, acolheu a doutrina sócio-jurídica da proteção integral, conforme percebemos no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 3º do ECA:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art.227 da CF).

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (art.3º do ECA).

Destacamos que o ECA se constitui num dispositivo legal em relação aos Códigos dos Menores que foram promulgados nos anos de 1927 e 1979 em nosso país, pois ambos representavam um instrumento de controle da infância e da adolescência, uma vez que baseavam-se em políticas sociais compensatórias (assistencialismo) e centralizadas, hoje é avaliado como um instrumento legal mais avançado do mundo.

São perceptíveis as melhorias apresentadas pelo ECA em relação aos Códigos dos Menores. A própria concepção da criança e do adolescente é bastante diferenciada na Lei nº 8.069/90): a criança e o adolescente passam a ser considerados cidadãos plenos, portadores da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, portanto, alcançam a condição de sujeitos de direitos, não sendo mais visualizados como meros objetos de direitos quando se encontrassem em situação irregular definida legalmente.

A educação, segundo preconiza a Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 227), é um direito público subjetivo que deve ser assegurada a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade, forças vivas, ONGs que tentam implementar ações de melhorias à educação destinado às crianças e aos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º) o descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público.

Constata-se que a educação não é um direito cuja responsabilidade é imposta exclusivamente a um determinado órgão ou instituição, é um direito que tem seu fundamento na ação do Estado, mas que é compartilhada por todos, ou seja, sociedade em geral.

Dentro desse contexto, verifica-se que, entre os vários problemas que afligem a educação, a evasão escolar e a reiteração de faltas injustificadas, apresentam-se como um grande desafio àqueles que estão envolvidos com o referido direito. É uma questão relevante, a ponto do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecer a necessidade de ser compartilhado tal problema, para diminuir a sua ocorrência.

A evasão escolar não é um problema restrito a apenas algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças, adolescentes e adultos (PROEJA) que não conseguem permanecer na escola e alternativas de intervenções pedagógicas

para tentar recuperar a “humanidade perdida” através de políticas públicas governamentais implementadas recentemente.

Diferentemente dos autores que apontam a criança e a família como responsáveis pelo insucesso escolar, Fukui (in BRANDÃO et al, 1983, p. 43) ressalta a responsabilidade da escola afirmando que:

O fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade.

Gestar uma escola é criar cenários, cenas e situações em que, entre elas e eles, pessoas, comunidades aprendentes de pessoas, símbolos sociais e significados da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados. Aprender é participar de vivências culturais em que, ao participar de tais eventos fundadores, cada um de nós se reinventa a si mesmo. E realiza isto através de incorporar em diferentes instâncias de seus domínios pessoais de interações (muito mais do que “estocagem”) de e entre afetos, sensações, sentidos e saberes, algo mais e mais desafiadoramente denso e profundo destes mesmos atributos. Tudo isso faz parte da inteligência interpessoal e intrapessoal.

A prática educativa deve trabalhar com o aluno por inteiro incluindo as dimensões afetiva, cognitiva, moral, social e individual concomitantemente. Muito dos problemas da educação da época de Wallon (1981-1984) perduram até hoje no cenário nacional. Continuamos oscilando entre dois pólos numa luta constante entre a atualização e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Galvão (1995, p.92) diz que:

(...) No cenário atual, é comum que, em nome do respeito aos interesses e necessidades do aluno negue-se a importância de ensino sistematizado e anule-se as possibilidades de intervenção do professor, transformado num mero espectador do desenvolvimento da criança.

Os gestores escolares devem superar o autoritarismo dos métodos tradicionais e o espontaneísmo das práticas, contemplando as complexas relações de determinação recíproca que existe entre os sujeitos envolvidos.

A pedagogia Walloniana valorizava a expressividade do sujeito, o processo de construção da personalidade em diferentes graus. Expressar-se significa exteriorizar-se, confrontar-se com o outro organizar-se. A educação tem importante função no processo de construção do eu inacabado, vivenciado entre crises e conflitos. O Gestor Escolar precisa encontrar formas de reduzir os conflitos emocionais nas crianças e adolescentes.

Na escola, o principal alvo para a contestação é o professor, para tanto, é preciso que ele conheça o lugar que ocupa e não encare como pessoal os confrontos, pois tem a ver com o papel profissional, ser competente, ético, mediador das atividades sócio-culturais; do processo de construção com apropriação do conhecimento, desafiador, problematizador e tentativa de ser um facilitador, um compartilhador da busca de soluções, consenso, consciência pacífica e humanizador,

A escola desempenha importante papel no desenvolvimento sócio afetivo dos educandos, proporciona uma diversidade de interações, com diferentes membros. O desenvolvimento da criança não é linear, apresenta oscilações, avanços, retrocessos, é o meio social com toda a riqueza de experiências, vivências, aprendizagens e exercícios que proporcionam o desenvolvimento de sua personalidade.

Segundo Cunha (1997, p. 29), a responsabilização da criança pelo seu Insucesso na escola tem como base o pensamento educacional da doutrina liberal que fornece argumentos que “legitimam e sancionam” essa sociedade de classe, e tenta fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável “pelo sucesso ou não de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social”.

Dentro da escola, o professor é apontado como produtor do insucesso escolar. Para Rosenthal e Jacobson (In GOMES, 1994, p. 144) a responsabilidade do professor se deve as expectativas negativas que este tem em relação aos seus alunos, considerados como “deficientes”, os quais, muitas vezes, apresentam comportamentos de acordo com o que o professor espera deles.

Estes teóricos mostram, através de seus estudos, que as expectativas, em geral, podem influenciar os fatos da vida cotidiana e, que geralmente, as pessoas parecem ter a tendência a se comportar de acordo com o que se espera delas. Assim, a expectativa que uma pessoa tem sobre o comportamento de outra, acaba por se converter em realidade., logo os Gestores Escolares devem refletir sobre a força do compartilhamento coletivo do sonho do grande potencial que cada um tem, para o salto qualitativo do desenvolvimento por inteiro, “holístico” continuamente.

Como se pode ver, a literatura existente sobre o insucesso escolar aponta que se, por um lado, há aspectos externos à escola que interferem na vida escolar, há, por outro, aspectos internos da escola que também interferem no processo sócio-educacional da criança, e que direta ou indiretamente, acabam excluindo a criança da escola, seja pela evasão, seja pela repetência.

2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ATUAIS TENDÊNCIAS, NOVOS DESAFIOS

A educação com qualidade social e democratização da gestão escolar implicam a garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas pública e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organizações, materializadas em programas e ações articuladas, com

acompanhamento e avaliação da sociedade, tendo em vista a melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das instituições educativas.

Vamos nos reportar a Bobbio (2000, p.33-34), quando destaca que a construção de uma sociedade democrática, das instituições democráticas e suas formas de manifestações quando diferencia democracia representativa e democracia participativa. Para o autor, democracia representativa é “aquela forma de governo em que o povo não toma ele mesmo as decisões que lhe dizem respeito, mas elege seus representantes que devem por ele decidir” (Bobbio 2000, p.33). Por democracia participativa o autor reporta-se ao pensamento grego se referindo a este tipo de democracia como: *Governo de muitos, dos mais, da maioria, (...) como governo do povo, em contraposição ao governo de poucos (...) (cujo) titular do poder político é sempre o povo, entendido como o conjunto de cidadãos a que cabe, em última instância o direito de tomar as decisões coletivas* (Bobbio, 2000, p.31).

Na democracia direta, situamos a gestão democrática pela participação efetiva da comunidade escolar como a construção de uma identidade para a escola que seja representativa de seus próprios interesses, concordando com a posição de Bobbio sobre a democracia participativa nessa construção.

Santos (2002, p.51), reflete e salienta que a democracia implica determinadas rupturas com o que se encontra estabelecido, via normas e tradições, e, portanto, “a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis”. No campo da gestão democrática da educação, a participação é muitas vezes dissimulada por mecanismos que tendem a subtraí-la ou reduzi-la. De acordo com Santos (2002, p.59): “os processos de libertação e de democratização giram em torno da percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em tomada de decisão”.

A democracia se fundamenta na reorganização do contexto inserida nas políticas de autonomia escolar, para o que se buscou identificar as ações que possam efetivar a construção de processos coletivos de decisões dos agentes educativos, bem como da comunidade escolar; seus espaços e condições de participação, considerando as dificuldades no devido processo de construção dessa autonomia, para o que se faz necessário, prioritariamente, o engajamento comprometido dos profissionais da educação.

Para Lück (2006, p.41), a gestão democrática se concretiza na medida em que as práticas escolares sejam orientadas por filosofia, valores, princípios e idéias consistentes, presentes na mente e no coração das pessoas, determinando o seu modo de ser e de fazer.

Vianna (1996) destaca o sentido *democrática*, incluindo o significado de *participativa*, na qual, a gestão democrática e participativa, envolveria ações coletivas e organizadas, contínuas e permanentes. Tal gestão, não se identificaria com decisões a respeito de aspectos e ações secundárias, fragmentadas e isoladas da unidade escolar. Abrangendo o diagnóstico de suas dificuldades e sucessos, a busca de soluções coletivas e organizadas para aspectos prioritários, ou seja, para o que é essencial e o que justificaria a sua existência: o processo de formação de cidadãos responsáveis, comprometidos com a construção de melhor qualidade de vida para todos, de humanização solidária e prazerosa, com o resgate do compromisso e do respeito que devem caracterizar as relações democráticas no interior e no seu entorno.

Ressignificando a prática de gestão democrática e participativa percebemos que nenhuma gestão se sustentará por muito tempo sem os pressupostos e os insumos, de uma teoria significativa e bem estruturada que deve primar pela perspectiva da “educação libertadora” que valoriza o diálogo, a participação, a conquista da autonomia e da democracia, o compromisso político, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa e

sustentável, com a concepção de ser humano histórico, incompleto, inacabado, capaz de lutar pela transformação social. (FREIRE, 1997).

Assim, a gestão democrática, compartilhada e participativa deve ser compreendida como aquela que envolve em suas atividades todos os membros do contexto escolar: os professores, funcionários, alunos, pais e qualquer membro da comunidade externa da escola que esteja empenhado em colaborar para a melhoria do processo pedagógico.

Tal gestão escolar vem sendo percebida como uma das alternativas possíveis para a melhoria da qualidade do ensino, baseada em uma prática que ultrapasse limites, abra-se a comunidade e a processos.

Sonhamos e desejamos uma prática capaz de solidarizar-se, de ser pensada na coletividade, organizada passo a passo na sua multiplicidade. Que seja capaz de exigir mudanças, orientada pela busca do coletivo, do compartilhado. Que permita conciliações, escolhas, concessões. Que concorra para o aperfeiçoamento da práxis educacional, criando canais de envolvimento cada vez maiores, comprometida com a formação de cidadãos críticos, criativos. Pautada em uma constante avaliação de seu papel social; sem autoritarismos, sem determinismos ou exclusões.

Vale destacar eticamente, a necessidade de vivermos o processo de construção da gestão democrática, a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania. É preciso compreender, inicialmente, que a gestão democrática da educação não constitui um fim em si mesma, mas um importante instrumento do processo de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades socioeconômicas. Ela deve contribuir para que as instituições educacionais, articuladas com outras organizações, participem da construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade e na democracia.

A possibilidade de uma ação administrativa na perspectiva de construção coletiva exige a participação de toda comunidade escolar nas decisões do processo educativo, o que resultará na democratização das

relações que se desenvolvem na escola, contribuindo para o aperfeiçoamento pedagógico.

No processo da gestão democrática podemos adotar três idéias: o diretor é aquele que está na liderança a serviço da comunidade escolar para o alcance de suas finalidades; a expectativa que alunos, pais, comunidade tem em relação à escola é uma dimensão que não pode ser ignorada e sim conhecida para ser atendida; a gestão da escola passa ser, então, o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político pedagógico construído coletivamente.

As pesquisas apontam que nas escolas em que existe e funciona de fato a gestão democrática, integrada e participativa, os índices de evasão e repetência são mais baixos. Numa perspectiva democrática de gestão, pode se intervir na evasão escolar com ações que objetivem minimiza-la de forma bastante significativa, as causas mais comuns da evasão são a infrequência dos alunos, o trabalho infantil, a falta de motivação dos alunos, a não atratividade da escola, a falta de acompanhamento dos pais dentre outras.

É dever da gestão democrática desenvolver e traçar práticas educativas, de acompanhamento, de estimulação, integração e que tenham o intuito de intervir e combater a evasão escolar. Garantindo uma educação de qualidade que considere as experiências vivenciadas pelos alunos e conteúdos curriculares adaptados de acordo com a realidade do aluno, principalmente numa escola de zona rural que tem características próprias e peculiares tanto no modo de vida, população e subsistência.

A participação, na gestão democrática e autogestão está acontecendo em algumas escolas de forma a contribuir para reflexão a respeito da gestão escolar contemporânea. Este processo é muito importante para que toda a comunidade escolar possa se comprometer com o andamento e o bom funcionamento da escola e o sucesso de seus alunos. Com os problemas da participação, a organização participativa precisa-se renovar para lidar com aspectos específicos da globalização das relações econômicas, como aumento

da competitividade e do desemprego. Finalmente, o universo da escola é particularmente complexo e específico; o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço de aproximação onde todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir da sua própria história constitutiva.

Somente desta forma poderemos construir uma escola realmente democrática em que as possibilidades de acesso e permanência de todos os alunos estejam contempladas em seus planos de ação ou Projeto Político pedagógico.

HISTÓRICO DA ESCOLA RURAL

Há vários anos a comunidade de Curimatã no município de Pacajus que fica próxima a outras comunidades tais como Itaipaba, Pascoal todas na Zona rural do município, a professora Alfredina começou a lecionar numa casa doada pela EPACE, atual EMBRAPA, passando depois para um prédio de propriedade de Sr. Pedro Jose, conhecida hoje como Tiririca, através do Sr. Chico da EPACE.

Em 1984, o então prefeito marcou uma reunião coletiva com a comunidade e decidiu pela compra do terreno para a construção da escola. Seguiu-se a compra de matérias para sua edificação e a escola foi construída no mesmo ano de 1984 na gestão do então prefeito José Wilson Alves Chaves e foi inaugurada no mesmo ano aos dias 15 de dezembro pelo então ex-governador do Estado, Exmo senador Sr Virgílio Távora.

No ano seguinte iniciaram-se as atividades escolares tendo a frente a diretora Maria Ceci de Lima e oferecia as seguintes modalidades de educação; alfabetização, primeira, segunda e terceira séries do ensino fundamental nos horários matutino e vespertino.

No início foram construídas duas salas de aula, três banheiros, sendo dois para os alunos e um para os funcionários, uma cantina, um depósito de merenda, uma secretaria, um pátio. Devido ao aumento da demanda de alunos a escola foi sendo ampliada constantemente a cada ano.

Em 1999 o ensino de primeiro grau passou a se chamar de ensino fundamental. Neste mesmo ano, iniciaram-se os trabalhos com o mesmo, através do sistema de TVc com uma turma de quinta série. Com a continuação do tempo e devido ao constante aumento no número de matrículas passou-se a ampliação das dependências físicas.

Em 2007 criou-se um núcleo de atendimento a crianças especiais, implementando atividades específicas para desenvolver as habilidades e potencialidades destes alunos de acordo com suas limitações e especificidades

Muitos funcionários passaram por esta escola no decorrer dos anos. Alguns não tinham a formação exigida, mas hoje praticamente todos a possuem, sendo que alguns poucos ainda estão cursando o nível superior e obtendo sua qualificação profissional.

A escola rural está localizada na comunidade de Curimatã do município, atende as famílias que moram nesta comunidade e áreas próximas, e possui 208 (duzentos e oito) alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde. Segundo pesquisa realizada com os professores da escola as razões para a evasão escolar dos alunos podem estar enraizadas na família, na criança e na escola

Assim, passamos a considerar estes aspectos, na família, na escola e na própria criança. A referida escola possui 06 (seis) salas de aulas e 01 (uma) improvisada, 04 (quatro) banheiros, sendo dois masculinos e dois femininos, 01 (uma) cantina, 01 (um) depósito para merenda. Conta ainda com 01 (um) bebedouro, 12 (doze) ventiladores e 01 (um) congelador.

Os recursos humanos são distribuídos da seguinte forma: 01 (uma) diretora, 01 (uma) secretária, 11 (onze) professores, 01 (um) agente

administrativo, 01 (uma) merendeira, 04 (quatro) auxiliares de serviços e 02 (dois) vigias noturno.

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DA E.E.F.M.R.S. POR SERIE – 2009												
Total de alunos	Segmento I – Turno Manhã					Sub Total	Segmento II – Turno Tarde				Sub Total	Ed Esp
	1º ano	2º, 3º e 4º anos			5º ano		6º ano	7º ano	8º ano	9º ano		
208	35	17	15	23	21	111	20	13	15	18	66	31

Fonte: Secretaria de Educação da Escola X.

A escola rural possui alunos bastante carentes cujas famílias trabalham na agricultura, formada por pai e mãe e moram distante da escola, pois precisam de ônibus para sua locomoção. As series são formadas por alunos de faixa etária e de idade normal, motivo pelo qual há dificuldades de desenvolver metodologias adequadas para melhor aprendizagem do educando.

Todos os professores tem nível superior ou ainda estão concluindo sua formação acadêmica e profissional, daí a preocupação com a problemática da leitura e escrita dos alunos.

Feita a análise, a direção juntamente com os professores e pais reuniram-se para traçar novos rumos e juntos buscarem metodologias que possibilitem ao educando desenvolverem sua criatividade através da leitura, tornando-os cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, na tentativa de formarem uma sociedade mais igualitária.

A análise revelou também a necessidade da construção de uma educação básica voltada para a cidadania, para isso a escola deve oferecer um ensino de qualidade, ministrado por professores capazes de incorporarem ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento e de estarem atentos as dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as causas e as conseqüências no quadro da evasão escolar nas escolas públicas.

Na realização desse trabalho buscou-se uma fundamentação que completasse a visão de vários estudiosos, cujas pesquisas desenvolvem projetos em função da necessidade de compreender e resgatar o aluno ao ambiente escolar.

Realizou-se a coleta sistemática de dados da escola X, segundo o critério de número de alunos matriculados no ensino fundamental, posição geográfica (Zona Rural) e a implantação de ações que objetivam a construção do sucesso escolar através de programas promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A pesquisa é do tipo explicativa e dialética, visando mostrar o perfil da escola acima citada, na cidade de Pacajus, com uma população de 208 alunos, 11 professores, 01 secretário, 01 diretor e 04 auxiliares de serviço, que através da entrevista semi-estruturada, buscou-se conhecer as causas da evasão escolar.

Para a realização da análise qualitativa do objeto de estudo, optou-se pelo estudo de caso por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo.

Foi com o objetivo de contribuir para a compreensão do insucesso, como parte integrante da vida na escola que a pesquisa foi dedicada à observação da realidade material e humana da escola – campo, participando do cotidiano e mantendo contato mais e menos formais com os participantes do processo

escolar, fossem eles administradores, técnicos, professores, alunos ou pais de alunos.

Para a coleta de dados quantitativos utilizou-se a técnica da entrevista semi-estruturada e observações do cotidiano escolar.

Nestas entrevistas buscou-se conhecer as causas que os sujeitos da pesquisa apontam para a evasão e a construção do sucesso escolar numa tentativa de aprender a realidade total e concreta, mesmo sabendo-se não poder alcançá-la a não ser de maneira parcial e limitada.

A observação por ocasião desse trabalho reforça a concepção de que o não aproveitamento, ou o não rendimento escolar, dos alunos da camada popular eram justificados, majoritariamente, pela posição social do corpo docente da comunidade escolar em estudo.

O núcleo gestor e o corpo docente se diferenciavam quanto às interpretações sobre as prováveis causas das dificuldades de escolarização dos alunos.

Não se nasce excluído, não se está sempre excluído. A exclusão tem relação com trajetórias de vida diferentes, nas quais as relações étnicas, raciais, de gênero, de classe, entre outras, são importantes.

É necessário entender quais são os processos que atravessam a vida das e nas escolas que provocam situações de exclusão. O que precede a exclusão escolar? Parece ser tarefa importante da educação analisar como se desfazem os processos educacionais, na escola, que garantam uma escolaridade significativa para as crianças e jovens.

3. TENTATIVAS DE INTERVENÇÕES NO COMBATE A EVASÃO ESCOLAR

A exclusão tem sido utilizado como um conceito bastante amplo para designar diferentes situações: os homens e as mulheres "sem emprego", "sem teto", "sem terra", "sem educação escolar", "sem saúde", "sem lazer", etc. É um tema presente não somente no debate sobre as diferentes questões sociais, mas principalmente quando nos referimos à educação escolar.

Os estudos sobre exclusão, de forma geral, analisam a ausência da escola – analfabetismo e pouca escolaridade - na vida dos seres humanos, mas parece-me que pouco analisam como e o que constituem as situações de exclusão no interior da escola, Connel (1999) diz:

“O fato de os sistemas educacionais modernos causarem efetiva e persistentemente, o fracasso das crianças pobres, faz com que um sentimento de indignação percorra muitos dos estudos sobre a questão da desvantagem na área da educação.[. . .] Estudos descritivos sobre crianças pobres realizados por psicólogos, sociólogos, educadores certamente continuarão a serem feitos” [. . .] (CONNEL, 1999, p.11 e 21)

Deixando de ser um problema exclusivo e interno da instituição de ensino. Quando tais situações se verificam, constata-se que o direito à educação não está sendo devidamente respeitado, justificando a necessidade de intervenção dos órgãos responsáveis, conforme apontados na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esta intervenção, como já afirmado, há de ser compartilhada, posto que a simples atuação de um órgão ou instituição apenas, não garante o sucesso do regresso ou permanência do aluno na escola. A intervenção conjunta é a que melhor atende aos interesses de todos, posto que cada um, dentro da sua especificidade, reúne meios para tentar reverter o quadro de evasão ou infreqüência do aluno. Ademais, a atuação da escola junto à família é diferente da intervenção do Judiciário ou do Conselho Tutelar frente a mesma família.

Somada as formas de intervenção, a reversão do quadro evasivo se mostra mais eficaz.

Destarte, o combate à evasão escolar ou reiteração de faltas injustificadas dos alunos é uma forma de garantir o direito à educação, sendo um dever imposto a todos, que devem atuar de forma independente e harmônica, para garantir o sucesso da intervenção.

São várias e as mais diversas as causas da evasão escolar ou infreqüência do aluno. No entanto, levando-se em consideração os fatores determinantes da ocorrência do fenômeno, pode-se classificá-las, agrupando-as, da seguinte maneira:

Escola : não atrativa, ausência de motivação, etc.

Aluno : falta de interesse, sem perspectiva de futuro, indisciplinado, tendo que trabalhar para ajudar na renda familiar, gravidez, etc.

Pais/responsáveis : falta de acompanhamento escolar, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc.

Social : trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, violência, pobreza, etc.

A evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola.

3.1 AÇÕES GOVERNAMENTAIS QUE AJUDAM A COMBATER A EVASÃO

"Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários" (Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948).

Diante da realidade brasileira de extrema desigualdade social, onde milhares de famílias se encontram abaixo da linha da pobreza, um meio para essas famílias “deixarem” a condição de assistidas é via trabalho, já que este como mecanismo de inclusão social é a forma mais eficaz para obterem sua própria renda, deixando, assim, de depender dos benefícios assistenciais.

É a partir desse eixo que a geração de trabalho e renda é inserida nos programas da Política de Assistência Social adotada pelo Governo Federal. Tais programas visam incluir, de alguma forma, os membros das famílias assistidas no mercado de trabalho.

No atual contexto capitalista o Estado cada vez mais intervém no campo social, porém com políticas focalizadas, fragmentadas, logo inoperantes. Desta forma, acentuam-se a desigualdade social e a dependência dos desprovidos aos serviços sociais.

Devido ao desemprego muitas pessoas contam com a assistência social para a obtenção de “auxílios financeiros”, cabendo a esta, inclusive, a responsabilidade de criar programas que possibilitem o acesso à renda de sobrevivência ou a chamada renda mínima.

A Política de Assistência Social tem como objetivo proteger a família, a gestante, a criança e o adolescente, as pessoas com deficiência, os idosos (LOAS, cap 1, art.2º), e as pessoas em situação de vulnerabilidade social. O público usuário da Política de Assistência Social é, de preferência, composto por pessoas que estão fora do sistema de segurança social obtidos pela via do trabalho, do usufruto das políticas públicas (saúde, educação, cultura, habitação, saneamento, esporte, etc) e da inserção em sociabilidade sócio-familiares.

3.1.1 FOME ZERO

Antes de falar sobre o Programa Bolsa Família é importante mencionar o programa do Governo Federal Fome Zero. Este é uma estratégia para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos.

Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Fome Zero possui diversos eixos, várias ações e programas, já que “é uma ampla estratégia de inclusão social que envolve toda a sociedade. Nela, encontramos as múltiplas ações e programas de combate à pobreza no país, onde a fome é a consequência mais grave” (Site MDS- Fome Zero).

O que se pretende, em primeiro lugar, é erradicar de vez a fome. Contudo, esse objetivo não será alcançado se restringido à doação e distribuição de alimentos. Assim, pretende-se, também, criar condições de educação e de saúde, estabelecer política de geração de emprego e renda, estimular programas de desenvolvimento sustentado no campo e nas cidades, etc.

Alcançar tais condições são alguns dos desafios do Programa, já que se estimula a cooperação da sociedade, investe-se em recursos de transferência de renda, mas em muitos municípios pouco tem sido feito para as políticas de geração de trabalho e renda.

O Fome Zero envolve diversos Ministérios e parcerias que trabalham em conjunto a fim de alcançar os objetivos desejados. Isto porque o Programa é desenvolvido mediante a integração e a formação de parcerias de âmbito intergovernamental, entre as esferas de governo e entre o Estado e a sociedade.

Um dos grandes objetivos é promover o direito maior que é o direito à vida. Para isto é necessária a garantia da alimentação adequada através da segurança alimentar e nutricional.

A partir dessa necessidade são estimulados a formação de cooperativas populares, a criação de infra-estrutura, a geração de trabalho e renda e o acesso à educação nutricional.

3.1.2 BOLSA FAMÍLIA

Como mais importante ação do Fome Zero o Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836, de nove de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

É um programa voltado para as famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, buscando assim combater a miséria e a exclusão social, e gerar a emancipação dessas famílias.

Através deste Programa o Governo Federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias que se enquadram nos critérios de elegibilidade por ele definido.

O Programa Bolsa Família veio para unificar todos os programas de transferência de renda do governo federal em um único programa (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) mais agilidade na liberação do dinheiro a quem precisa, reduziu burocracias e criou mais facilidade no controle do recurso dando, assim, mais transparência ao Programa.

Os gestores do Programa Bolsa-Família entendem que a unificação de programas de transferência de renda é necessária. O Programa Bolsa Família é o maior dentre todos os outros Programas do Fome Zero. Por isso ele tem

recebido mais investimentos e, conseqüentemente, tem atingido maior número de usuários, porque é um programa federal.

Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos integrantes das famílias beneficiárias deverão estar matriculados em Unidades de Ensino Regular e ter freqüência escolar acima de 85% mensal;

Todas as famílias beneficiárias devem participar de ações de educação alimentar oferecidas pelo Governo Federal, estadual e/ou municipal, quando oferecidas.(Site MDS- condicionalidades do Programa Bolsa Família).

Estas condicionalidades estão voltadas para a área da saúde e da educação, existindo dessa forma a articulação entre as respectivas secretarias. Quanto à exigência da freqüência escolar, é importante salientar que esta condição é uma das principais causas que leva o aluno da zona rural da escola a permanecer estudando.

A preocupação da criança e do adolescente estarem na escola está voltada não somente para a questão da educação, mas também com o cuidado da retirada destes do trabalho infantil e das ruas, onde estão mais vulneráveis a se envolverem com drogas, furtos, violências e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abre o foco para a busca da reflexão dentro do contexto escolar, mas especialmente na questão da Gestão Educacional e/ou Escolar na tentativa de diminuir a evasão escolar na escola X do município de Pacajus. Sendo assim, talvez precise o gestor educacional e/ou escolar aprimorar os seus conhecimentos, habilidades, capacidades, competências, conceitos, a fim de participar efetivamente da melhoria da qualidade da educação

Faz-se necessário uma reflexão e tomada de consciência da demanda educacional do novo milênio, do tipo de escola onde se trabalha, das necessidades dos alunos, das suas dificuldades, buscando estratégias capazes de romper com os altos índices de evasão escolar, como diz Taylor (1996), e capazes de aprimorar os sistemas educacionais, em prol daqueles que efetivamente se utilizam desse sistema de ensino.

Com a pesquisa realizada e os dados obtidos avaliados mostram os motivos principais dos alunos se evadirem, pois demonstram muita carência de métodos inovadores; professores mal pagos, muitas dificuldades apresentadas foram de aprendizagem pelos alunos que vem das séries anteriores. Os próprios alunos têm a consciência que não tem atenção e que muitas vezes não participam das aulas.

Além disso, muitos alunos precisam trabalhar para ajudar no sustento da família porque seus pais não tem as condições mínimas de proporcionarem uma vida melhor, o que faz com que muitos alunos saiam da escola para trabalhar aumentando a evasão. Outros aliados a falta de interesse se sentem obrigados a freqüentarem a escola para receberem os benefícios do governo.

Várias áreas da zona rural foram recenseadas pela secretaria municipal de educação e foi constatado que a maioria das famílias visitadas desenvolvem atividades que lhe garantem o mínimo para a sobrevivência e que

o trabalho das crianças é indispensável ao pouco orçamento doméstico, o que leva invariavelmente a evasão escolar.

Diante desse quadro econômico não basta facilitar o acesso à escola, mas faz-se necessário contribuir para a permanência destes alunos em sala de aula. O Programa Bolsa Escola veio dar suporte ao Programa Censo – Escola subsidiando, a coordenação do programa, no que se refere à permanência das crianças na escola.

Com base nos dados da pesquisa e entrevista realizadas com pais e alunos na faixa etária de 10 à 18 anos podemos considerar que 85% por cento das famílias vivem com até 1 salário mínimo por mês, outras 10% por cento com dois salários mínimos e 5% não tem renda, trabalhando em casas de farinha e na colheita de safra do caju e da castanha não tendo portanto uma renda fixa, sendo de grande importância e servindo de complementação do sustento familiar, os benefícios federais recebidos do governo.

A instituição escolar, entendida como um espaço aberto, inacabado, democrático e participativo, construída pelos gestores e educadores (professor) deve procurar métodos de ensino eficazes para todas as disciplinas. Para isso, existe a possibilidade de trabalharmos de maneira interdisciplinar e transdisciplinar através de projetos inovadores estabelecendo a relação teoria-prática, criando laboratórios de Matemática, de Informática, de ciências, bibliotecas atualizadas, quadras de esporte, etc.

Com isso, sugere-se aulas dinâmicas, participativas e práticas sendo elas com o educador e o aluno fazendo com que busque formas de ensino prazeroso, lúdico, utilizando jogos, criatividade, evitando um ensino repetitivo, mecânico e rotineiro. Quem sabe fugir da do quadro e do giz que está acostumada a dar aulas, a pesquisa foi citado pelos alunos.

Com relação aos educadores (professores), os alunos colocaram que muitas vezes não explicam como se deve, devido a quantidade de alunos dentro da sala de aula, mas também tem turmas que desenvolvem o bom

trabalho por estarem com um número adequado em sala de aula. O acompanhamento individual também facilitaria o desenvolvimento e das necessidades do aluno, tendo que o gestor da escola fazer esta verificação dentro das salas de aula para preparar aulas que chamem a atenção dos alunos, mesmo tendo uma formação bem realizada e sem maiores dificuldades de conhecimento.

Uma outra boa medida que ajudaria o aluno seria um menor número de alunos dentro da sala, onde desenvolveria um bom trabalho de laboratório e aplicações de tecnologias novas envolvendo todas as disciplinas integradas.

A pesquisa foi realizada dentro dos limites da escola onde trabalho é um enorme desafio, sinto-me comprometida, pois este curso de Gestão Educacional fez-me tomar consciência da grande responsabilidade para com a instituição escolar, onde sempre deve trabalhar dentro do que a escola pode favorecer para o desenvolvimento pleno da cidadania propiciando o cumprimento do ECA, da Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96 na qual são dispositivos legais que amparam e sensibilizam a todos.

Em trabalhos futuros buscarei aprofundar conhecimentos e sensibilizarei cotidianamente a todos os gestores escolares: professores, alunos, comunidade da necessidade do compartilhamento na ressignificação do Projeto Político Pedagógico da escola constantemente. Por que tem muitas reclamações dentro das escolas, se o professor está motivado ou não, se está conseguindo motivar o aluno, o que servirá de referência para desenvolver alguns trabalhos futuros de prevenção dentro do Município de Pacajus-ce sobre o Ensino.

Com a aplicação da pesquisa, pôde-se observar que a implantação de uma escola democrática cidadã no processo educacional dentro de uma gestão democrática é complexo, aberto e inacabado.

Em adquirir os recursos, materiais e equipamentos necessários ao funcionamento da escola, com o envolvimento e a participação de toda a comunidade interessada, além de assegurar um bom relacionamento com os

demais segmentos, para garantir a concretização de uma escola democrática participativa cidadã, diminuindo assim a evasão e/ou exclusão social.

Os gestores e educadores (professores) precisam ser bons líderes e bons estrategistas, no sentido de assegurar o aluno que não está motivado e não gosta da sua disciplina.

Dessa forma, a escola poderá criar uma maior interação com os educadores e alunos, trabalhando simultaneamente com objetivos comuns a todos, numa visão interdisciplinar tornando mais fácil a gestão educacional dentro do contexto escolar. Os alunos poderão, assim, ter mais prazer de estar na escola e, com isso, terão mais oportunidade de aprender e de se tornarem pessoas mais atuantes e participativas e felizes.

A Gestão Educacional e/ou Escolar contribui para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber historicamente e sócio-culturalmente constituído e da produção de novos saberes com sabores de prazer, de alegria, de leveza, de desejo de conhecer e de paixão pela vida. Rubem Alves (1994) afirma, no seu livro *Alegria de Ensinar*, que as crianças e adolescentes com seus olhares tristes suplicam: por favor, me ajude a ser feliz! Rubem Alves afirma que o verdadeiro mestre é aquele que ensina ser feliz e que sem alegria todo o potencial do aluno jaz adormecido. No mesmo livro, o autor afirma que todo professor deve ser um pastor da alegria.

Snyders (1988, p.14), no seu livro *A alegria na escola*, comenta a importância da escola na formação do sentido da vida. Na escola, trata-se de conhecer alegrias diferentes que as da vida diária, coisa que sacodem, interpelam, a partir do que os alunos mudarão algo em sua vida, darão um novo sentido a ela, darão um sentido a sua vida. Se é preciso entrar na classe, é por que, no pátio vocês não atingem o grau mais elevado de liberdade nem de alegria.

Snyders (1988, p.15-19) propõe uma profunda reflexão para uma

renovação da Pedagogia a favor de todos os alunos em que haja satisfação cultural escolar e diminuição da evasão escolar. A Pedagogia, uma reflexão em conjunto sobre a pedagogia, a renovação da Pedagogia, isto não diz respeito somente aos alunos mais jovens ou aos mais rebeldes ou aos mais “desfavorecidos”. Quero definir a Pedagogia como a que se esforça para conduzir os alunos, para a satisfação cultural escolar, para transformar a escola a fim de que ela coloque a satisfação cultural escolar em primeiro plano de suas preocupações. Ali onde há alegria há um passo a frente, crescimento da personalidade no seu conjunto: Na alegria é a totalidade da pessoa que progride e, em relação a totalidade da vida sentir, compreender, força de agir (...).

Esta pesquisa não esgota o meu interesse, a minha motivação , a minha vontade de tentar diminuir a evasão, a exclusão social, muito pelo contrário vou continuar estudando, implementando ações na Gestão Escolar que buscam resolver, diminuir os problemas da evasão, bullying e outros problemas implícitos da educação, da escola onde atuo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. São Paulo: Poética, 1994.

ARROYO, M. **Ofício de mestre**. São Paulo editora, 1991

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

BRASIL, **Constituição**, 1988.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BRASIL, Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta Lei nº10.836, de nove de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Programa Bolsa Família.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, - **Lei Orgânica do Município de Fortaleza**, 2006.

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. **Teoria geral da administração: pensando e fazendo**. Porto Alegre: AGE, 1998.

CONNEL, R. W. **Pobreza e educação**. In: GENTILI, Pablo (org.). 5ª ed.

Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **Psicologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão democrática da educação: exigências e desafios**. RBPAE, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, p.163-174, jul./dez. 2002.

ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-Lei No. 5895 de 13 de novembro de 1984.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1997.

FERREIRA, Nuno Miguel Miranda. **O conceito de democracia segundo Joseph. Schumpeter**. Centro de Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais (CEJPS). Univer-redalyc. *uaemex.mx/redalyc/pdf/752/75230507.pdf*

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FOME ZERO. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programafomezero>. Acessado em: 10 de agosto. <http://www.espacoacademico.com.br>. Acessado em: 14 de agosto de 2010.

FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/fundo-nacional-de-assistencia-social-fnas>. Acessado em: 15 de agosto de 2010

FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/fundo-nacional-de-assistencia-social-fnas>. Acessado em: 16 de agosto de 2010.

GUIA DE AÇÕES DE TRABALHO E RENDA. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/geração de trabalho e renda /guia](http://www.mds.gov.br/geração%20de%20trabalho%20e%20renda/guia). Acessado em: 15 de setembro de 2010.

GALVÃO, I. Henri Wallon: **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas – A teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GARDNER, H. **Estruturas da mente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GARDNER, H. **O Verdadeiro, o Belo e o Bom: Os princípios básicos para uma nova educação**. RJ, Editora Objetiva Limitada, 1999.

GARDNER, H. **Frames of mind – New York**: Basic Books, 1985. (Paperback edition).

_____. **Inteligência: Um Conceito Reformulado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GHIGLIONE, R. & MATALON, B. **O Inquérito: teoria e prática**. Oeiras: Celta Editora 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, João Claudio. **Escola e Cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

LEI Nº. 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI Nº. 9249 DE 10 DE JULHO DE 2007 Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Município de Fortaleza para o Ambiente de Especialidade Educação e dá outras providências.

LUCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

_____ **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores.** *Em aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

_____ **Concepções e processos democráticos de gestão educacional** Rio de Janeiro: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Desafios a serem enfrentados na capacitação de Gestores Escolares.** *Em aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 97-122, fev./jun. 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1999.

NEWCOMBE, N. **Desenvolvimento Infantil. Abordagem de Mussen.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

NÓVOA, Antônio. **As organizações escolares em análise.** Portugal, Lisboa: Publicações Dom Quixote. Instituto de Inovação Educacional, 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

_____ **Eleição de diretores.** Campinas: Papyrus, 1996.

_____ **A Gestão de Escolas Públicas de 1º e 2º Graus e a Teoria Administrativa.** Goiânia, set.1996. Comunicação apresentada à IV Conferência Brasileira de Educação, no painel “Administração da Educação na Nova República”.

_____ **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 1997. (Série educação em Ação).

PAZETO, Antonio Elizio. **Participação: exigências para a qualificação do gestor e processo permanente de atualização.** *Em aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 163-166, fev./jun. 2000.

ROSA, W. M. & SÁ, C. M. (2004). **A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica**. Curitiba: Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

SILVA JÚNIOR, C. A. **Espaço da administração no tempo da gestão**. In: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Org). **Política e gestão da educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p.199-211.

SNYDERS, A. **Alegria na escola**. Portugal: Editora Manole, 1988.

WALLON, H. **As origens do caráter da criança**. Ed. Nova Alexandria, 1984.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São paulo: Martins, 1981.

WOOLFOLK, A, **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ANEXOS

ENTREVISTA FEITA AS FAMÍLIAS DA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE PACAJUS

1. Quantas pessoas residem neste domicílio?
2. A família é uma instituição estruturada? Qual o papel da escola na vida escolar da criança ou adolescente? ele está sendo cumprido?
3. Qual a renda familiar mensal ?
4. Qual a importância da escola para a família?
5. Qual a importância do recebimento dos benefícios do governo para a família?
6. A Escola reflete sobre a necessidade de redimensionar suas praticas de maneira a possibilitar o interesse dos alunos pelos estudos?
7. Em relação ao aluno(a), ele está cumprindo o seu papel com responsabilidade? Que fatores anulam essa responsabilidade?
8. Que outros fatores são apontados como determinantes da evasão escolar?
9. Qual a expectativa em relação ao futuro dos filhos para a família?

ENTREVISTA FEITA AOS ALUNOS

IDADE_____ NOME_____ SÉRIE_____

- 1- Você gosta de vir para escola?
- 2- Você se sente motivado na escola?
- 3- Você trabalha para ajudar seus pais?
- 4- Você consegue conciliar o trabalho com os estudos?
- 5- Seus pais acompanham você nos seus estudos?
- 6- O que você acha das aulas ministradas pelos professores?
- 7- Qual a sua visão em relação aos profissionais que trabalham na escola?
- 8- Que sugestões você daria para melhorar sua escola?
- 9- Qual sua opinião sobre o trabalho da gestão da escola?
- 10- Qual a sua visão de futuro?